

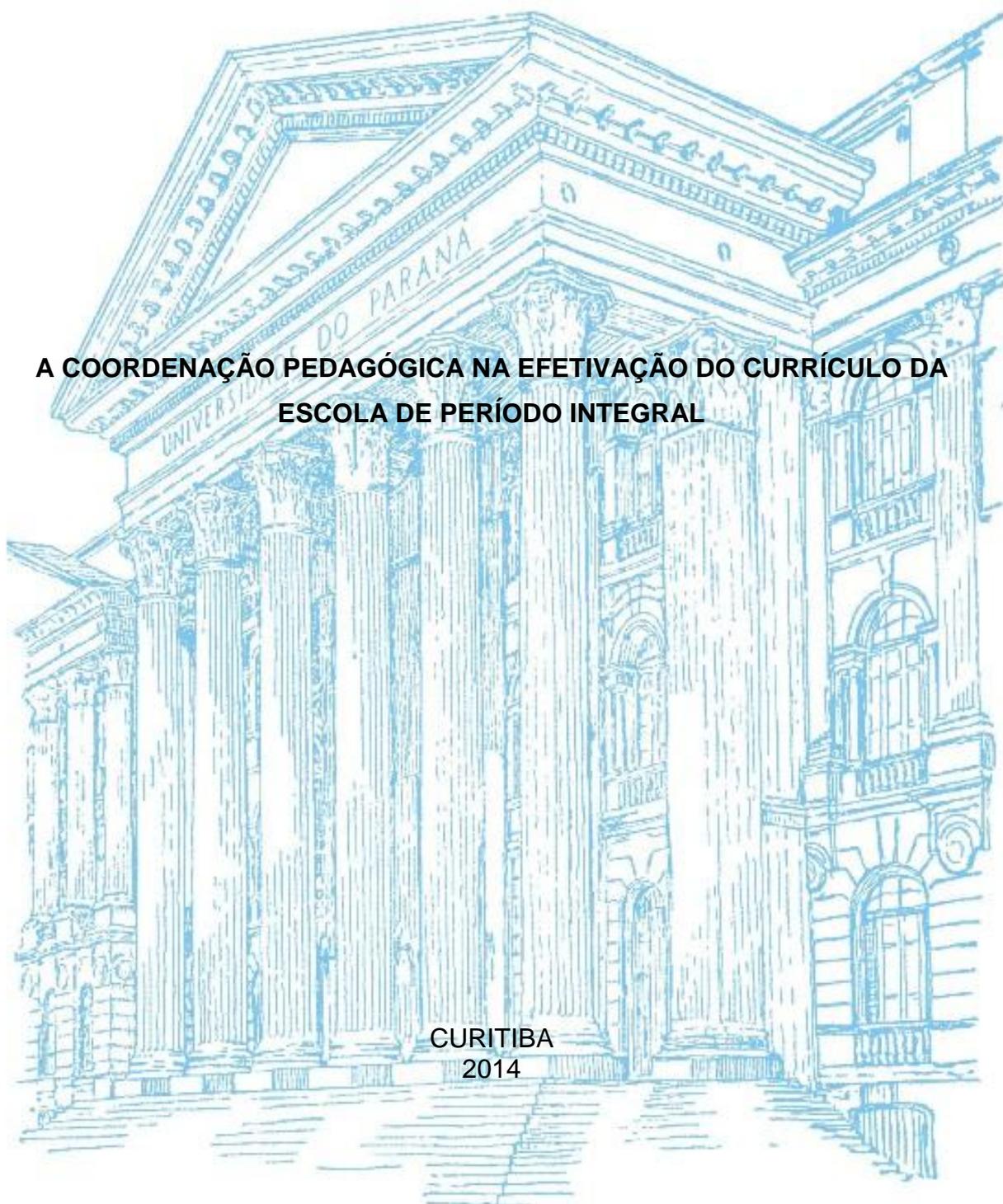
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

DAISY FÁTIMA NAVAS PRATES

**A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO DA  
ESCOLA DE PERÍODO INTEGRAL**

CURITIBA  
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

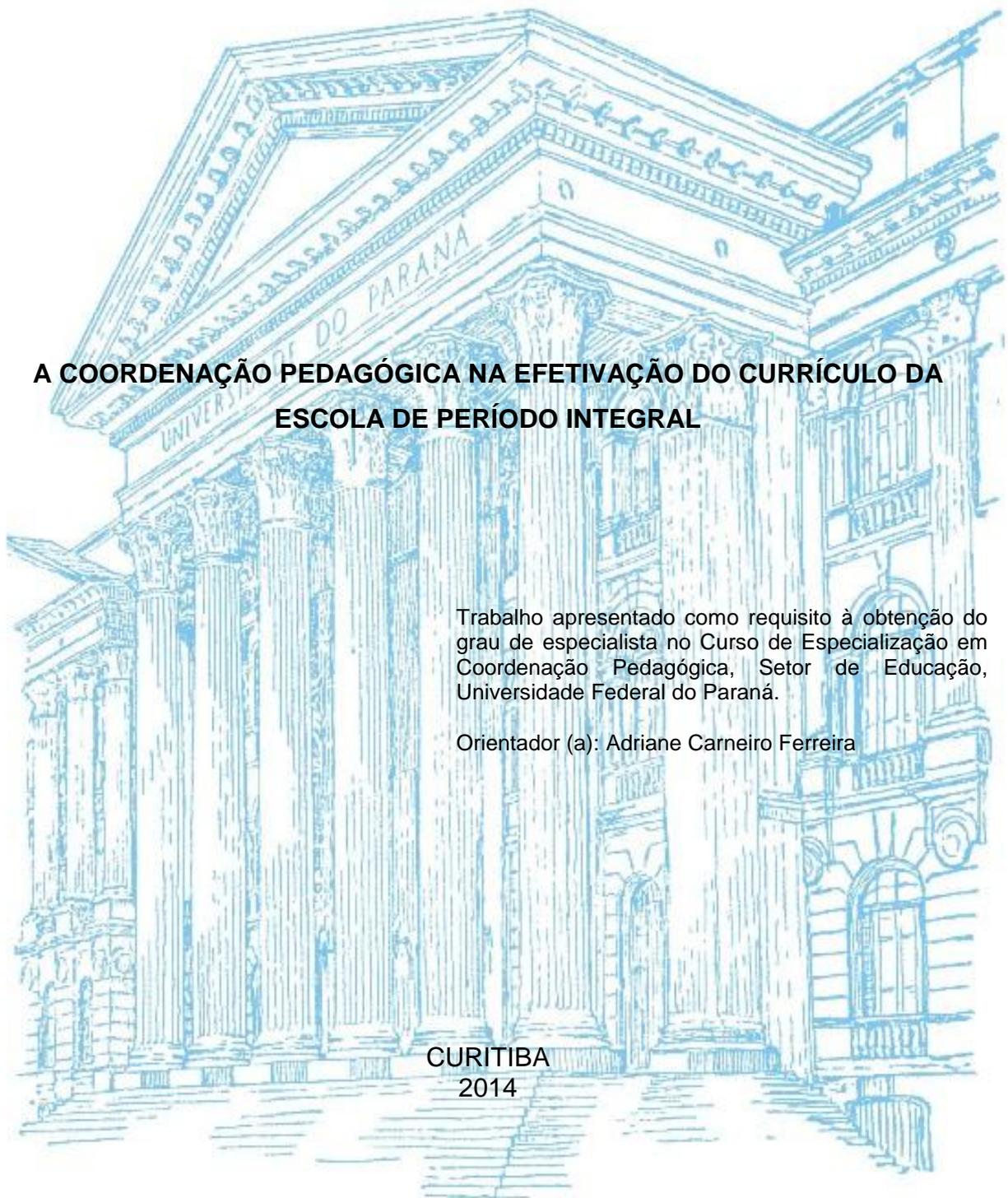
DAISY FÁTIMA NAVAS PRATES

**A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO DA  
ESCOLA DE PERÍODO INTEGRAL**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Adriane Carneiro Ferreira

CURITIBA  
2014



# A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO DA ESCOLA DE PERÍODO INTEGRAL

\* Daisy Fátima Navas Prates

## RESUMO

O objetivo deste trabalho está pautado na análise da função de Coordenação<sup>1</sup> Pedagógica na concretização do currículo da escola de tempo integral que atenda as especificidades deste público. Utiliza como referencial teórico, principalmente, os autores Arroyo (2008 e 2012), Lima (2008), Moll (2010). Também, para possível análise sobre o tema e a fim de dialogar com o referencial teórico, apresenta dados coletados a partir da realização de um questionário, aplicado às professoras e a uma coordenadora pedagógica de escolas de tempo integral da cidade de Apucarana-PR. O texto inicialmente explora a base conceitual. Apresenta algumas considerações sobre currículo; identifica as características da escola de tempo integral; explicita a função da Coordenação Pedagógica diante do currículo nas escolas de tempo integral e em segundo momento analisa a opinião das respondentes da pesquisa de campo realizando a análise destes dados a luz da teoria tratada. Através da reflexão realizada foi possível perceber que o Coordenador Pedagógico possui um papel importantíssimo no trabalho pedagógico realizado na escola de tempo integral. Cabe a ele o papel de repensar as práticas existentes, oportunizando momentos de reflexão coletiva e propiciando espaços de formação continuada, no interior da própria instituição.

**Palavras-Chave:** Coordenação Pedagógica. Currículo. Tempo integral

---

<sup>1</sup> A nomenclatura desta função pode mudar conforme a rede de ensino.

\*Artigo produzido pela aluna Daisy Fátima Navas Prates do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da professora Mestre Adriane Carneiro Ferreira. Email: adrianefer@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Analisar a função de Coordenação Pedagógica na concretização do currículo da escola que funciona em tempo integral é o objetivo principal do presente trabalho. Para alcançar esse objetivo o estudo, inicialmente, apresenta o conceito de currículo, busca identificar as características da escola de tempo integral e explicita os desafios da função da Coordenação Pedagógica nesse espaço de atuação, e também, traz elementos de uma pesquisa empírica realizada junto a professores que trabalham em escolas de tempo integral e que buscou colher informações sobre o que pensam os profissionais sobre as possibilidades e os desafios deste trabalho, assim como percebem a importância do coordenador nas relações currículo X integralidade.

Para a revisão bibliográfica foram utilizados autores como: Arroyo (2008 e 2012), Lima (2008), Moll (2010) os quais, serviram de fonte da pesquisa teórica.

Para dialogar com os autores pesquisados utilizou-se uma escola que oferece tempo integral, como fonte de dados empíricos relacionados ao currículo e à função do Coordenador Pedagógico. Nesse sentido, foi aplicado um questionário para oito professores e uma coordenadora pedagógica, do Ensino Fundamental, que atuam nos anos iniciais.

Os professores e coordenadora foram os profissionais escolhidos para responder este instrumento, pois, são eles que, na prática, sentem os efeitos da desarticulação do que o currículo pretende com a realidade material, humana, conceitual.

Parafraseando Dussel (2000) pode-se afirmar que aquilo que o currículo idealiza, deve ser suficiente para ter maior compreensão da realidade e dos teores culturais e sociais. Sua tradução tem que explicitar os sentidos e significados e as articulações teórico-conceituais, de modo que criem vínculos entre sujeitos sociais, que movimentem e realimentem os novos conceitos na cultura humana.

Portanto, o currículo não pode estar desarticulado do que os sujeitos necessitam para avançar ou o mesmo não servirá aos propósitos de formação

ampla dos alunos sendo apenas mais um documento burocrático que a escola segue sem a reflexão sobre e a partir dele.

O Currículo deve então estar em sintonia com a Proposta Político Pedagógica da escola. Aquilo que a instituição pensa a respeito do que é educação, qual o seu propósito social e de formação humana. Neste sentido, dentro da escola, o Coordenador Pedagógico é o profissional que tem como função a articulação entre esses eixos. A reflexão, organização, acompanhamento e avaliação do propósito institucional.

Fica então clara a relevância deste estudo, pensar em como está ocorrendo este processo articulatório e como ele pode auxiliar na minimização das dificuldades enfrentadas na concretização da Educação Integral, que demanda mais do que obrigações. Ela exige, sobretudo, um projeto pedagógico específico, investimento na formação de seus atuantes, infraestrutura e recursos para sua implantação (BRASIL, 2009).

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira busca-se conceituar currículo, na segunda analisa as características da escola em tempo integral, na terceira abrange o papel do coordenador pedagógico e por último é apresentado o resultado da pesquisa realizada com professoras e uma coordenadora pedagógica.

## **2. CURRÍCULO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O currículo é uma ferramenta de função socializadora, um componente indispensável à prática pedagógica uma vez que está rigorosamente vinculado às alterações dos conteúdos, da coletividade, da ação profissionalizante e da prática dos professores dentro da unidade escolar, explicita Moreira (2002a).

Veiga complementa

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito (VEIGA, 2002, p.7).

Para a autora acima citada, o currículo é um aspecto fundamental da educação, pois é por meio dele que podem ocorrer os processos de mudanças

sociais, culturais, ideológicas, econômicas, já que é ele que deve garantir que as gerações mais novas se apropriem, possam realizar a crítica e avançar na produção do conhecimento rompendo com concepções desumanizadoras.

O mundo muda rapidamente e a escola, como elemento socializador, precisa oferecer um currículo que não só acompanhe, mas que esteja a altura dessas mudanças, sua funcionalidade vai determinar a qualidade e o sucesso do relacionamento dos alunos com as demais instâncias da sociedade.

Visto por esse ângulo é recomendada uma apreciação da realidade escolar do momento, analisando como acontece o processo educacional e a relação estabelecida entre responsabilidade social e o desempenho da escola. Uma vez que, o currículo nos “[...] níveis de educação obrigatória, pretende refletir o esquema socializador, formativo e cultural que a instituição escolar tem”. (SACRISTAN, 2000. p. 36).

Para esse autor, o currículo está essencialmente unido à conjuntura educacional, entretanto, para entender sua significação é preciso ter conhecimento das suas estruturas internas (sua origem, a que se destina e quais as perspectivas que ele traz). Cabe então ao Coordenador Pedagógico, servir como elo entre as pessoas, o projeto escolar e os conteúdos programáticos, esclarecendo aos docentes os desafios que o currículo pode oferecer.

Sacristan (2000) ressalta que, as estruturas curriculares estão vinculadas ao ajuste político, ao conjunto de decisões, ao planejamento, a tradução de materiais de ensino, ao manejo pelos professores das atividades de aprendizagem e da análise dos resultados das provas, testes e outros.

Se a escola utiliza o currículo através das determinações político-pedagógicas procurando possibilitar a aprendizagem a todos, fundamenta-se a ideia de que “[...] o currículo é um instrumento significativo para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos” (MOREIRA, 2003. p. 52).

Apple (1994 a, p.59) afirma que “[...] o currículo nunca é um conjunto neutro de conhecimentos, ele é parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo”.

Para Apple o currículo não é um mero ajuntamento de informações, e sim produto de determinado grupos sociais carregados de ideologias, disputas, inquietações e comprometimentos culturais, políticos e econômicos. Portanto, Apple defende que não é primordial saber como o conhecimento será difundido nas salas de aula, mas sim quais saberes serão selecionados e por quê.

Nesta perspectiva o autor afirma o saber não como algo dado, mas sim enquanto uma realidade que deve ser criticamente avaliada.

“Um currículo que se pretende democrático deve visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas” (LIMA, 2008, p.18). A escola deve ser um espaço de ampliação da experiência humana, não devendo ater-se apenas nas experiências do cotidiano da criança, e sim ampliá-las, considerando-as e usando disto para transformar o educando em um sujeito ativo, dono de si e capaz de modificar seu espaço tornando sua comunidade um lugar melhor para si e para seu semelhante. Assim, este currículo deve ser composto pelos conhecimentos produzidos historicamente, constituindo um instrumento de formação humana. Deve ser ainda, para cumprir a sua função formativa, um caminho metodológico que abranja um maior número de experiências, encontrando espaço para a diversidade.

O currículo sendo elemento orientador da organização do trabalho escolar deve garantir a socialização, o desenvolvimento cultural, e a escola cumprindo o seu papel antropológico de promover a continuidade da espécie humana (LIMA, 2008).

Em se tratando de escola em Tempo Integral, o currículo pode ser ainda mais importante, pois, tudo que difere do núcleo comum pode ser trabalhado em contraturno dependendo da forma como se organiza o planejamento e se estrutura o funcionamento da escola. O Coordenador Pedagógico deve ser capaz de entender a importância de um currículo específico para o tempo integral e propiciar sua execução na unidade escolar (MOLL, 2010).

### **3. AS CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL**

A mudança de oitocentas horas-aula por ano letivo para mil e seiscentas horas é uma grande transformação<sup>2</sup>. Isso significa mais que dobrar o tempo de estudo do aluno, a possibilidade de ampliação de suas condições de aprendizagem.

Segundo Moll (2010), especialmente na década de 90, com a criação da LDB<sup>3</sup> e as transformações que dela decorreram na educação, uma delas tem sido amplamente discutida nos últimos tempos, a Educação Integral, sua organização e a formação dos docentes para esta nova escola.

A autora acima citada afirma que, um dos nomes mais lembrados quando se trata de Educação Integral é Anísio Teixeira. Para esse teórico, a escola não pode ser uma instituição fechada deve oferecer condições de saúde, alimentação, acesso ao lazer, esporte e cultura, para atingir os objetivos necessários para o funcionamento em tempo integral.

Os ideais de Anísio Teixeira de que a cultura, as artes, e os esportes devem fazer parte do currículo escolar, em decorrência das mudanças na sociedade, deixa evidente que a escola é um espaço que tem como um dos objetivos a preparação das gerações mais novas para o exercício de cidadania e o convívio em uma sociedade democrática. Todavia, (Moll, 2010), faz a crítica se a formação atual dos profissionais da educação contempla esta nova geração, seus anseios e suas necessidades.

A educação integral no ambiente escolar, segundo Moll (2010), parte do princípio de que a escola deve voltar-se para a formação dos cidadãos, e que a prática pedagógica deve priorizar a construção de valores e possibilitar a convivência em uma sociedade democrática. Deste modo os educadores que atuam em escolas com o tempo integral necessitam refletir e organizar o currículo de maneira que os conhecimentos sejam integrados a partir da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e da transversalidade. Educadores capazes de perceber a necessidade de articular conhecimentos significativos com experiências diversas e construir caminhos que levem a diferentes modos de ensinar e de aprender.

Uma escola em tempo integral exige um currículo contextualizado que ofereça mais significação ao processo ensino-aprendizagem. Mas, esta escola não é feita

---

<sup>2</sup> APUCARANA. Lei municipal nº 090 de 21/12/2001-Dispõe sobre a jornada escolar no Ensino Fundamental do Município de Apucarana, como específica. Tempo Integral.

<sup>3</sup> BRASIL. **Lei 9394**, de 20/12/96. Diário Oficial da União, nº 248, 1996.

somente de currículo, é necessário recursos físicos, humanos e tecnológicos salienta Arroyo (2012).

A escola que oferece o ensino em tempo integral, além da preocupação com o currículo enfrenta muitos desafios, principalmente no que se refere ao tempo e espaço.

Tudo que o ser humano decide fazer está vinculado aos itens espaço e tempo: Aquilo que se efetiva na escola depende do espaço (onde), do tempo (quando) e do currículo (como). Então espaço e tempo compõem, dão sentido as próprias realizações e as mediam. Neste sentido, Santos coloca:

Tempo e espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. (SANTOS, 2006, p. 54).

Dessa forma, para mudar uma escola de tempo parcial para tempo integral é preciso que se projete a mudança a partir da remodelação também do espaço, do material humano.

Uma escola de tempo integral funcionando em um espaço e com recursos humanos e materiais destinados para “tempo parcial”, impõe limites ao processo de implantação do projeto de tempo integral, na execução do que está previsto no PPP<sup>4</sup>, e no conforto e bem estar dos alunos e dos profissionais da educação (SANTOS 2006).

Para Demo (2001), o que acontece na oferta das escolas de Tempo Integral é que elas não contemplam o que hoje se entende como Educação Integral, apenas utilizam-se do Tempo Integral para expansão de atividades esportivas, artísticas e ou culturais sem coesão com o currículo escolar.

Demo Complementa:

[...] precisa de anos de estudo, de currículo, de prédios e de equipamentos, mas, sobretudo de bons professores, de gestão criativa e de ambiente construtivo/participativo, sobretudo de alunos construtivos/participativos, para que seja consumada essa ideia. (DEMO, 2001, p. 21),

---

<sup>4</sup> Projeto Político Pedagógico

Todas as mudanças na educação demoram a se consolidar.

Miguel Arroyo (2012, p. 33) afirma que se delimitar a oferecer mais tempo da mesma escola, apenas ampliando a carga horária a sociedade estará “[...] perdendo a rica oportunidade de mudar o sistema escolar”. Para Arroyo:

Se um turno já é tão pesado para tantos milhões de crianças e adolescentes condenados à opressiva reprovação, repetências, evasões, voltas e para tão extensos deveres de casa, mais uma dose do mesmo será insuportável (ARROYO, 2012, p. 33)

Para que não aconteça na educação integral esta massificação citada por Arroyo (2012), é necessário repensar um currículo que coloque o desenvolvimento humano como horizonte, apontando para a possibilidade de realização de cada indivíduo, para que ele possa evoluir plenamente com a reunião de suas habilidades, atrelando as diversas extensões do sujeito (cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física, biológica).

Neste sentido, Arroyo (2012, p. 36) alerta que:

Para a consolidação de uma educação integral de qualidade é preciso passar pelo crivo da mudança do olhar preconceituoso em relação aos alunos (...) isto é relações humanas. É restaurar as rupturas causadas pela ordem mecanicista e excludente da sociedade atual.

Lima (2008) defende a ideia de que nas escolas brasileiras ainda estão arraigadas em um currículo fragmentado e informativo.

As escolas em tempo integral continuam utilizando este tipo de currículo; esquecendo que esta modalidade de educação exige um trabalho diferenciado, mais humanista, com uma proposta de evolução pessoal. Uma escola onde o aluno é provocado e desafiado a participar ativamente do processo de aprendizagem, a partir de situações propostas pelo educador a partir da sua realidade. Uma escola formativa, que equilibre o desenvolvimento das diferentes capacidades humanas, desinteressada, unitária, conforme explicitado por Gramsci<sup>5</sup>.

Gramsci *apud* Gonzales (2014) indica ainda que a escola seja um espaço que exerce um papel vital na formulação da crítica, a serviço de quem e para que serve os conteúdos trabalhados e difundidos por ela. Segundo o autor, as organizações

---

<sup>5</sup> GONZALES, Wânia R. Coutinho. Gramsci e a Organização da Escola Unitária. Disponível em: < <http://www.senac.br/informativo/bts/221/boltec221c.htm>>. Acesso em: 23/05/2014

escolares ao lado de outras instituições da sociedade civil auxiliam na concretização cultural e ideológica. Sendo assim, o sistema educacional, através de seu currículo seria um canal onde se dá a produção e a difusão de uma ideologia de certo grupo. Cabe à equipe diretiva, junto com a comunidade, a construção de um currículo que priorize uma ideologia discutida e construída pelo grupo.

#### **4. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

A Coordenação Escolar, no Estado do Paraná, atualmente, é exercida pelo professor pedagogo conforme a Lei nº 11.301, de 2006. Entretanto, essa função já foi denominada Supervisão Escolar, partilhada com o Orientador Educacional, mas, segundo Almeida e Placco (2006), dentro das políticas educacionais, foi concebida a ideia de sua identidade a partir de uma Ciência denominada de Pedagogia, que articula e organiza seu discurso epistemológico a partir das contribuições de outras ciências que estudam o fenômeno educativo, porém com seu próprio olhar.

Por ser assim tão importante, a formação desses profissionais é determinado pelo artigo 64 da LDBEN nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) proclamada em 20 de dezembro de 1996. Porém, esta Lei, pela redação dada, reforça a existência de uma polêmica quanto às especialidades de atuação do profissional (Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional).

Com isso, têm-se no debate duas vertentes definidas: aqueles que compreendem que o trabalho pedagógico escolar deve ser percebido, organizado e articulado por um educador que tenha formação integral, onde a teoria e a prática não sejam fracionadas pela visão fabril de funções. Podendo-se admitir especializações em nível de conhecimento científico de áreas do conhecimento, sem que isso se torne apenas um posto de trabalho dentro da escola. E, a outra vertente se caracteriza por aqueles que ainda concebem o trabalho pedagógico escolar como ambiente possível de fragmentação de modo que atendam demandas do mercado de trabalho, sob a concepção teórica e metodológica de que a complexidade da escola, sobretudo num mundo globalizado exige profissionais especializados nas tarefas escolares.

Alguns ainda sustentam a teoria de que o professor sente-se mais seguro em aplicar a metodologia com a qual aprendeu, pois as mudanças os deixam apreensivos gerando um mau rendimento no seu trabalho.

Acredita-se que esse entendimento não contribuirá para o fortalecimento da formação do Pedagogo, para sua identidade epistemológica e, sobretudo, para garantir a qualidade do ensino na escola da Sociedade complexa do século XXI.

Para além do debate legal, Almeida (2003) ressalta que, o papel do coordenador pedagógico é o de administrador, supervisor e coordenador de todas as tarefas vinculadas ao procedimento de ensino e aprendizagem, tendo em vista a continuação do aluno na sala de aula e assegurando seu êxito na caminhada rumo ao conhecimento. Partindo dessa pressuposição é possível a identificação das funções: “[...] formadora, articuladora e transformadora do papel desse profissional no âmbito escolar” (ALMEIDA, 2003. p. 21).

Sua atuação é explicitada pelos autores citados:

O coordenador atua sempre num espaço de mudança. É visto como um agente de transformação da escola. Ele precisa estar atento às brechas que a legislação e a prática cotidiana permitem para atuar, para inovar, para provocar nos professores possíveis inovações (ALMEIDA e PLACCO, 2006. p. 19).

A Coordenação Pedagógica não é simplesmente uma função criada no seio da unidade escolar, alerta Libâneo (2004) a profissão veio se delineando na História da Educação Brasileira, passando por diversas transformações e nomenclaturas até chegar ao que é hoje, uma função extremamente importante dentro do estabelecimento de ensino e assegurada pela legislação educacional.

Ao que reza a lei sobre a formação específica do Coordenador Pedagógico:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nessa formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996).

Seja em uma escola de quatro horas diárias, ou em uma escola de tempo integral o Coordenador Pedagógico exerce várias atividades que estão concatenadas entre si, uma complementa ou dá sustentação à outra. Todas as

atividades por ele exercidas são fundamentais para a garantia da formação dos alunos.

Libâneo (2004) salienta que, que o papel formador do coordenador pedagógico é de grande importância, sendo indispensável que fomente ações que propiciem a formação continuada dos docentes. Dessa forma, o coordenador pedagógico é um dos principais agentes de possíveis mudanças dentro da sala de aula e nas demais dependências da escola que garantam a melhoria na qualidade de ensino.

Basicamente a Coordenação Pedagógica é a estruturadora dos afazeres docentes na busca de estimular os educadores a projetar as aulas em conformidade com o projeto político pedagógico; partindo da realidade do aluno e/ou as necessidades da coletividade onde a unidade escolar está implantada. Atende ainda às situações pendentes e conflitos diários. Como explicitam André e Vieira (2006. p. 46) sobre o Coordenador Pedagógico “[...] trata-se de um facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Por isso, pode-se considerar como suas funções fundamentais, planejar e selecionar”; é ele que juntamente com o corpo docente planeja e escolhe as táticas de ensino que propiciam melhores resultados na assimilação dos conteúdos.

O coordenador da escola de tempo integral tem uma missão ainda mais difícil; articular um currículo que alavanque o rendimento desse tipo de escola. Pois, com a escola em tempo integral surge a necessidade da construção de um currículo, que seja capaz de superar as dificuldades entre a escola e a comunidade e fazer com que as duas dimensões se complementem através de ações pensadas para efetivar esta interação.

A proposta pedagógica curricular deve ser construída coletivamente envolvendo equipe pedagógica, família e comunidade, pensada a partir da realidade da instituição e de seus envolvidos. O entendimento da construção de um currículo integral deve ir além da ampliação da permanência do educando nas escolas, como nos alerta Arroyo (2012) sobre a fragmentação dos conteúdos:

No turno normal a escola e seus profissionais cumprem a função clássica: ensinar-aprender os conteúdos disciplinares na exclusividade dos tempos de aula, na relação tradicional do trabalho docente-discente, nos tratamentos tradicionais da transmissão de lições, deveres de casa,

avaliações, aprovações-reprovações. (...) Para o turno extra, deixam-se as outras dimensões da formação integral, tidas como optativas, lúdicas, culturais, corpórea, menos profissionais, mais soltas e mais atraentes (ARROYO, 2012, p. 45).

A escola na pessoa do coordenador pedagógico deve atentar-se para que o currículo contemple as disciplinas de maneira interdisciplinar tendo em vista a relação entre as áreas de conhecimento. Superando o dualismo antipedagógico perigoso do turno e contraturno. (ARROYO, 2012).

O Currículo desenvolvido dentro da escola deve proporcionar ao aluno um desenvolvimento pleno como pessoa cidadã, Lima (2008), Sancristam (2000) e Moll (2010). Ou seja, a escola tem necessidade de ver o educando como sujeito que possui suas singularidades e tem necessidades específicas para o seu desenvolvimento e sua admissão na sociedade contemporânea (GONÇALVES; PETRIS, 2006).

Para Saviani, a articulação do currículo da escola de tempo integral precisa contribuir para a eliminação da seletividade social, e permitir ao aluno acesso ao saber sistematizado, disponibilizando ferramentas para o aluno transformar sua realidade social (SAVIANI, 2000).

Estudos apresentados pelos autores citados no texto mostram a necessidade de reconstrução da proposta curricular fundamentada em ideias que apontam as possibilidades de a escola de tempo integral oferecer uma educação significativa. Aproveitando as experiências dos profissionais da instituição para inovar o trabalho pedagógico, enriquecendo a aprendizagem e percebendo o aluno como um ser global. Levando em consideração as defasagens culturais por conta das diversidades, habilidades e competências de cada um.

Mas, como os profissionais que trabalham na escola em tempo integral, que fazem com que o currículo na prática aconteça e que presenciam o trabalho do coordenador percebem as questões desafiadoras da relação entre currículo na educação integral e as possibilidades articulatórias e efetivas do coordenador?

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para Moreira (2002a), o currículo é um instrumento de função socializadora, um elemento imprescindível à prática pedagógica, sendo que está vinculado aos objetivos e as alterações dos conteúdos educacionais.

A indagação feita para ser respondida pelos pesquisados era: “o que é currículo?”, as respondentes, sinteticamente, o definiram como sendo um documento que determina os conteúdos a serem trabalhados em cada série, ano escolar; ou como um processo pelo qual a escola procura esquematizar os conteúdos a serem ministrados, bem como os critérios que possam avaliar o aprendizado. Houve quem o conceituou como fator inicial e determinante para a construção de planejamentos e quando os mesmos se encontram estruturados adequadamente é possível realizar um trabalho significativo.

As respostas das participantes da pesquisa demonstram que têm noção do que realmente seja o currículo e da sua importância para o funcionamento pedagógico da escola.

Em tese corroboram com Veiga (2002. p.7), quando afirma que “[...] currículo é uma construção social do conhecimento”, assim sendo pressupõe a sistemática dos elementos para que esta edificação se concretize.

Ao serem questionadas sobre currículo da escola em tempo Integral, se ele atende todas as necessidades dos alunos, as respondentes foram taxativas ao afirmarem que no Tempo Integral o currículo atende mais as necessidades sociais, com um cunho mais assistencialista, uma vez que as questões acadêmicas necessitam de estruturas mais elaboradas que incentivem aprendizagem.

O município, para a maioria do grupo analisado, não consegue suprir as necessidades reais da escola de tempo integral. Alguns profissionais, porém afirmaram que o currículo atende sim às necessidades, uma vez que, acolhe e ministra conteúdos de acordo com o nível de cada turma, mas que com bastante dificuldade por falta de recursos e espaços interno e externo, para desenvolverem com mais qualidade o que é proposto. Indicaram ainda que faltam profissionais da educação para desenvolver um trabalho melhor.

Uma participante enfatizou que é função da equipe pedagógica, atentar-se para a importância de afinidade com o currículo, como meio de diminuir os obstáculos a ser enfrentados. Moll (2010), explicita que a coordenação pedagógica

deve estar atualizada não apenas do currículo regular e seus conteúdos programáticos, como também do currículo que envolve as atividades extras oferecidas pela escola de tempo integral, inclusive dos programas que as escolas participam como o “Mais Educação<sup>6</sup>” e outros que propõe o aumento da carga horária diária do estudante.

Dentre todas respondentes, 22%, não perceberam que se interrogava sobre o currículo e sua capacidade de suprir as necessidades no tempo integral, outros 22%, acreditam que o currículo utilizado nas escolas da rede municipal de Apucarana atende satisfatoriamente tanto às necessidades acadêmicas dos alunos quanto às suas necessidades assistenciais. Enquanto que, 45%, afirmaram que o currículo na forma como é organizado na instituição é insuficiente para uma boa qualidade, sendo preciso haver mais investimentos em infraestrutura e em recursos didáticos para que o município tenha sucesso nessa modalidade de ensino. Outros 11% acreditam que está tudo errado e não atende nenhuma das necessidades.

Gonçalves (2014) garante que a parte física do estabelecimento escolar é importante na escola de tempo integral, mas a construção real de uma proposta de ensino se garante com uma proposta curricular coerente voltada para a formação humana e social.

A terceira questão indagava quais as dificuldades encontradas para a efetivação de currículo significativo, que supra as reais necessidades dos alunos. Das respondentes, 22% citaram o próprio currículo como dificuldade nessa questão, afirmando que precisa ser reformulado. Outra dificuldade citada foi a falta de conhecimento e participação na elaboração do currículo por toda a comunidade escolar.

As participantes ressaltaram também como dificuldades: a necessidade de profissionais qualificados para que os alunos sejam contemplados com conhecimentos específicos; a participação da família que pouco contribui para o desenvolvimento educacional da criança; a superlotação das salas de aulas, e a falta de investimento. Aliado a tudo isso indicaram dificuldades relacionadas aos

---

<sup>6</sup> O Programa Mais Educação. Trata da ampliação de atividades interdisciplinares em forma de oficinas. Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 Escola Interativo (PDDE Interativo - <http://pdeinterativo.mec.gov.br/>)

recursos físicos, estruturais e humanos para a concretização do trabalho pedagógico.

Lima (2008) enfatiza que o currículo que pretende democratizar o ensino deve ter como objetivo a humanização dos sujeitos que compõem a comunidade escolar e deve ser esquematizado partindo do que não é acessível a todos, exatamente para dar a quem não tem acesso, a chance de conhecer todos os fatores que fazem parte da escola democrática. Ele precisa mostrar que a escola é um espaço de ampliação da experiência humana, que ali não conta somente as experiências do dia a dia da criança, que é mais amplo, que o sujeito que ali se forma pode ser ativo transformar a própria realidade.

A preocupação das respondentes da pesquisa com o espaço físico parece ser muito grande, principalmente pelo fato de permanecerem oito horas diárias em um espaço improvisado, pouco confortável ou mal conservado. Cabe aqui uma crítica as mantenedoras que ao ampliarem o tempo escolar o fazem de forma improvisada. Se por um lado visam garantir o suprimento de algumas questões sociais, não garantem condições adequadas para que o proposto funcione com qualidade. No que diz respeito ao despreparo dos profissionais, falta de participação da família e da comunidade em geral; estes são problemas que a coordenação pedagógica, juntamente com os demais sujeitos escolares, deve enfrentar articulando as dimensões política, pedagógica e administrativa da sua função.

Segundo Almeida e Placco (2006), a formação continuada é uma necessidade da educação contemporânea e cabe ao coordenador pedagógico organizar essa formação por meio de grupos de estudos, estimulando a participação em seminários e cursos para os professores. Mas, lembrando que esta não é uma tarefa a ser feita somente por ele, cabem, também as gestões dos sistema de ensino e de unidades escolares.

A penúltima questão quis saber, das participantes, se na escola onde trabalham há participação da comunidade nos conselhos, na construção do currículo ou se desconhecem o valor desta construção.

As respostas dão a entender que as famílias até sabem, mas não gostam de participar; 89% afirmaram que não há participação alguma no sentido de construção curricular, que as famílias estariam atentas ao rendimento das crianças ficando o

restante para ser decidido pelos profissionais da educação. Apenas 11% disseram que tudo que é realizado na escola a família está a par. Entretanto, saber o que se passa em uma escola não significa participar da construção do seu currículo, ou ajudar na tomada de decisões.

André e Vieira (2006) enfatizam que o coordenador pedagógico é o elemento conciliador dentro da escola. Grande parte da participação da comunidade na gestão escolar dependeria das suas ações e estilo de exercer a sua função.

A última pergunta foi: “Como você define o papel do coordenador Pedagógico frente ao currículo”? Afirmaram que o coordenador pedagógico deve orientar e participar da construção do currículo, que deve ser um professor multicultural, com capacidade de interação, ser bem informado sobre o currículo, ser formador docente e exigente para cumprir e fazer o currículo, estando sempre atendo às necessidades dos professores e às metodologias. Coordenador pedagógico deveria ser o mediador entre o professor e o currículo.

A opinião das professoras corrobora com André e Vieira (2006) que ressaltam que o Coordenador Pedagógico é um facilitador dos processos de ensino e de aprendizagem, podendo se considerar o responsável por duas funções essenciais: planejar e selecionar. Seria ele que, junto com os professores, deveria planejar e auxiliar na escolha das metodologias e técnicas de ensino que possibilitassem resultados mais promissores na compreensão dos conteúdos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao terminar este trabalho pode-se inferir que a função de Coordenador Pedagógico ou Pedagogo é importante dentro da escola, principalmente na de tempo integral, porém muitos desafios estão presentes no que diz respeito a sua prática neste tipo de ensino.

O Coordenador Pedagógico tem a incumbência de intermediar o trabalho entre o professor e o currículo, acompanhar o rendimento acadêmico dos alunos, ajudar na tomada de decisões da equipe gestora e ainda fazer a ponte entre a comunidade escolar e o currículo explanando a função de cada elemento na construção do mesmo.

Na escola de tempo integral o papel do Coordenador Pedagógico tem que ser ainda mais versátil, pois não é apenas um currículo com conteúdos e metodologias. No tempo integral a preocupação com a formação humana é uma realidade que deve estar presente no currículo, não que isto não deva acontecer na escola em período parcial, mas ao estender a permanência dos alunos na escola, esta assume mais responsabilidades que antes ficavam com as famílias. E, para ser democrático esse currículo deve ter a participação da comunidade opinando, questionando e dando apoio à escola.

A estrutura física da escola é muito importante para trazer conforto e segurança para todos que atuam nela, da mesma forma que os recursos didáticos e o currículo são essenciais, entretanto, a capacidade profissional do Coordenador Pedagógico se destaca por proporcionar melhor desenvolvimento da prática pedagógica dentro da escola.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R., PLACCO, V. M. N. de S. **O Coordenador Pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ALMEIDA, L. R. O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica. *In.*: ALMEIDA, L. R., PLACCO, V. M. N. de S. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ANDRÉ, M. e DALMASO, E.; VIEIRA, M. M. S. O coordenador pedagógico e a questão dos saberes. *In.*: ALMEIDA, L. R., PLACCO, V. M. N. de S. **O Coordenador Pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

APPLE, M. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? *In.*: SILVA, T. T., MOREIRA, A. F. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994 a.

ARROYO, M. G. **Indagações sobre currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra

Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

\_\_\_\_\_. O direito a tempos-espços de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline, et al. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso 2012.

BRASIL. Educação integral. Ministério da Educação. Brasília, 2009. Em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadфинаeducintegral.pdf>. Acesso: 19/05/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei 9394**, de 20/12/96. Diário Oficial da União, nº 248, 1996.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

DUSSEL, H. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, E. S. **Currículo e desenvolvimento humano**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. (Currículo e desenvolvimento humano)

\_\_\_\_\_. **Indagações sobre currículo**: currículo e desenvolvimento humano. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LIMA, P. G. S. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **Educere et Educare.Revista de Educação**. Vol. 2 nº 4 jul./dez. 2007 p. 77-90.

LIBANEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5 ed. Revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. S.; PETRIS, L. Escola de Tempo Integral – A construção de uma proposta. Disponível <[http://www.nexusassessoria.com.br/downloads/ETI\\_a\\_construcao\\_de\\_uma\\_proposta.pdf](http://www.nexusassessoria.com.br/downloads/ETI_a_construcao_de_uma_proposta.pdf)>. Acesso em: 12 de março de 2014

GONZALES, W. R. C. Gramsci e a Organização da Escola Unitária. Disponível em: < <http://www.senac.br/informativo/bts/221/boltec221c.htm>>. Acesso em: 23/05/2014

MOLL, J. Educação Integral e reinvenção da escola: Elementos para o debate a partir do programa Mais Educação. In: DALBEN, Ângela I. L. de F. *et al.* **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MOREIRA, A. F. **Currículo na Contemporaneidade**: Incertezas e Desafios Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. O campo do currículo no Brasil: construção no contexto da **ANPEd**. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 81-101, 2002a.

SACRISTAN, G. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14ª ed. São Paulo: Papirus, 2002.